

Sob o signo do tumulto

A Câmara abriu os trabalhos para a sua 47ª legislatura no dia 1º de março, sob signo do tumulto. Em seu segundo dia de trabalho, o plenário registrou o seu primeiro incidente: Oposição e Governo se desentenderam em função da mensagem presidencial enviada por Figueiredo, que propunha uma trégua política. A oposição recusou e exigiu eleições diretas. A partir desse momento, até o episódio que quase resultou na cassação do deputado Mário Juruna, o Governo não teve trégua em plenário.

No dia 3 de março, o deputado-cantor Agnaldo Timóteo foi à tribuna e soltou a sua famosa frase: "Alô, mamãe". O novo deputado tumultuou a sessão ao fingir uma ligação telefônica à sua mãe, através de um telefone sem fio. O presidente da Câmara, deputado Flávio Marcellio, dava início a uma série de repreensões.

Durante todo o primeiro semestre, os discursos centralizaram-se nos temas: acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e moratória. O primeiro incidente com as galerias aconteceu durante a votação, no dia 15 de junho, da emenda, aprovada, que proíbe os biomédicos realizarem análises clínicas e assiná-las. As galerias precisaram ser evacuadas e os biomédicos fizeram protestos no Salão Verde. Anteriormente, as galerias haviam sido ocupadas por funcionários públicos contra o Decreto-lei 1984, sobre reajuste de servidores públicos. Os deputados Sebastião Curió (PDS-PA) e João Bastos (PMDB) quase trocaram sopapos em plenário, durante uma discussão.

No dia 11 de maio, o PTB adere ao Governo e a oposição inicia guerra ao partido. Em 17 de maio, o Rei Juan Carlos, da Espanha, visita o Congresso e é homenageado em plenário. No dia 26, a Câmara aprova projeto de Lei alterando a Lei Orgânica para participação efetiva dos eleitores do DF nos partidos políticos. O presidente da República o vetaria mais tarde.

As constantes brigas durante a inscrição dos deputados para o Grande Expediente fez com que a Mesa da Câmara alterasse o sistema. No dia 8 de junho, o pacto PTB/PDS passa a vigorar no plenário. Ivete Vargas senta-se ao lado do líder Nelson Marchezan. No dia 28 de junho, o ministro Delfim Netto depõe sobre a dívida externa brasileira. O deputado Eduardo Matarazzo Suplicy, do PT, derrubou um caminhão de brinquedo, da tribuna, cheio de tomates para ironicamente representar "a accidentalidade no expurgo". Ao final, o deputado ofereceu os tomates ao ministro do Planejamento.

O semestre termina com o pedido de licença do presidente Figueiredo para ausentar-se do País. Figueiredo foi à Cleveland colocar pontes de safena.

PROFECIAS

O temível mês de agosto na política brasileira começa com as profecias de Tia Neiva e Raul de Xangô. Segundo eles, "só a reforma ministerial evitará a crise" ou "depois dos militares chegou a vez dos juristas", ou ainda: "O mandato de Figueiredo será esticado e o Ministério atual mantido". Dia 11 de

agosto, o PTB rompe o seu acordo com o Governo.

Mas o agourento mês de agosto iria se transferir para setembro. No dia 26, numa tarde calma, o deputado-cacique Mário Juruna (PDT-RJ) sobe à tribuna e declara: "Todos ministros é ladrão, todo ministro é sem-vergonha, todo ministro é mau-caráter". Juruna não poupou nem o Presidente da República. No dia seguinte, Figueiredo, irritado, exibiu aos ministros, durante uma solenidade, um recorte da matéria, publicada com exclusividade pelo **CORREIO BRAZILIENSE**. Todos os ministros exigiam a cassação do deputado. Dia 21, votação do 2.024. O mês termina com o discurso de Ulysses Guimarães propondo negociação.

No dia 4 de outubro, numa decisão política, a Mesa da Câmara decidiu pela censura ao deputado Mário Juruna e proibiu a publicação de seu discurso no Diário do Congresso. Estava contornada uma grave crise política. A partir daí, a Mesa passou a censurar discursos que contivessem ofensas às autoridades.

No dia 5, os garimpeiros ocuparam as galerias para assistir à votação do projeto que permitia a eles permanecer mais cinco anos no garimpo de Serra Pelada. Esse projeto também foi vetado, mais tarde, pelo presidente Figueiredo. No dia 11, o deputado Fernando Lyra (PMDB), de tendência moderada, foi à tribuna para criticar "a falta de democracia interna no PMDB".

No dia 13, o presidente do Senado, Nilo Coelho, sofre um infarto. No dia 19 é votado o Decreto-lei 2.045 e o Governo decreta medidas de emergência em Brasília. No dia 27, o PDS fecha questão em torno do Decreto-lei 2.065 e pacifica a ala dissidente "Participação".

Em novembro, dia 9, é aprovado o 2.065. O novo Código Civil também entra na pauta de votação, mas até agora não obteve **quorum**. O Congresso aprovou, no dia 23, a mini-reforma tributária.

DIRETAS

O saldo do ano de 1983 é para o 2º vice-presidente da Mesa, deputado Walber Guimarães, que juntamente com o presidente da Câmara, deputado Flávio Marcellio, presidiu o maior número de sessões, positivo. Para ele, o grande número de debates e votações "permite fazer uma avaliação do elevado índice de recuperação do Congresso perante a opinião pública".

Walber Guimarães prevê que o próximo ano "será fundamental para que o Congresso retome as suas prerrogativas e acredite ainda que o Parlamento marcará o ano de 1984 com a aprovação de uma Emenda Constitucional restabelecendo as eleições diretas para a Presidência da República".



Nilo Coelho evitou o pior